



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A FORMAÇÃO ÉTICA E CIDADÃ NA CONSTRUÇÃO
DA GESTÃO ESCOLAR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Adriane Cristiane Hedlund

**Constantina, RS, Brasil
2011**

A FORMAÇÃO ÉTICA E CIDADÃ NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

por

Adriane Cristiane Hedlund

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof.^a Elaine Maria Dias de Oliveira

**Constantina, RS, Brasil
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

A FORMAÇÃO ÉTICA E CIDADÃ NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

elaborada por
Adriane Cristiane Hedlund

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Elaine Maria Dias de Oliveira, Ms (URI-UFSM)
(Presidente/Orientador)

Leonardo Germano Krüger, Ms. (UFSM)

Ana Paula da Rosa Cristiano, Ms. (UFSM)

Constantina, 16 de setembro de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a duas pessoas muito especiais: Saul e soeli, que em nenhum momento mediram esforços para realização dos meus sonhos, que me guiaram pelos caminhos corretos, me ensinaram a fazer as melhores escolhas, me mostraram que a honestidade e o respeito são essenciais à vida, e que devemos sempre lutar pelo que queremos. A eles devo a pessoa que me tornei, sou extremamente feliz e tenho muito orgulho por chamá-los de pai e mãe. Amo Vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus que me iluminou e me deu forças, que me ajudou a não desistir diante das barreiras.

Aos meus pais e irmãos, que também fazem parte desta trajetória, obrigado pelo amor e amizade.

Obrigado Cassiano, noivo, amigo, companheiro e cúmplice, por acreditar e confiar em mim.

Aos meus amigos, pela paciência, por tolerar a minha impaciência e ficar do meu lado, mesmo longe estão sempre comigo.

Aos professores e tutores do curso de especialização pelos desafios propostos em cada disciplina e o incentivo na busca do conhecimento.

Aos colegas da especialização, pelas partilhas e pelo companheirismo, mesmo a distância.

A professora orientadora Elaine, muito obrigado pela orientação e pela desorientação, pela prontidão.

Enfim a todos que direta ou indiretamente fazem parte dessa história. Meu carinho e muito obrigada!

A missão da educação, do educador e da escola, na construção da cidadania, é semelhante do jardineiro. Não pode fazer germinar a semente. A força e a capacidade da germinação já estão contidas na própria semente. No entanto, o jardineiro cria condições para que ocorra o germinar. Aduba o canteiro, semeia, rega e protege. Só assim terá certeza da primavera. O ato educativo é um ato de cuidado, de dedicação que auxilia na formação do ser ao permitir a potencialização das capacidades intrínsecas deste ser. Educar é autonomizar sujeitos para que floresçam e frutifiquem na cidadania. O jardineiro não diz que algumas sementes têm mais condições de florir a seu modo. Quem faz a segregação é o especialista, o técnico, que vê os resultados apenas porque entende tudo a partir da potencialidade produtiva, diferentemente do jardineiro que vê a gratidão da vida e a beleza do cuidado. O jardineiro não age deste modo por impulsão sentimentalista ou por ser desprovido de racionalidade, mas porque consciente da essencialidade de sua ação histórica como construtora da próxima primavera. Uma atitude de crença na potencialidade de cada semente em formar com as outras uma bela estação (CASSOL, 2007).

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A FORMAÇÃO ÉTICA E CIDADÃ NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

AUTORA: ADRIANE CRISTIANE HEDLUND

ORIENTADOR: ELANE MARIA DIAS DE OLIVEIRA

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, setembro de 2011.

Formação ética na construção da gestão cidadã: Utopia? Qual o papel do gestor no ambiente escolar? Refletir sobre ética e valores gerando ações, reflexões e discussões sobre seus significados e sua importância na construção da escola cidadã. Este trabalho tem como objetivo refletir o papel da escola e do gestor escolar, compreendendo as implicações que o contexto de globalização e a formação ética impõem para uma gestão escolar ética e, as dificuldades encontradas por essa em garantir uma educação de qualidade para todos, uma escola democrática. Foi realizado a partir da análise de autores como Aristóteles e Paulo Freire. Podemos avaliar a ética aristotélica, dizendo que sempre se pensa a ética na polis, pois não há ainda a concepção de indivíduo separado de sua cidade. O que configura como referencial que a tarefa da escola é formar para e pela cidadania, visando construir os pilares de um outro mundo possível. Na primeira etapa do trabalho, foram realizados estudos sobre a ética e virtudes aristotélicas e sua aplicabilidade. Na Segunda etapa, foi apresentada a escola como espaço ético, dentro de uma visão freireana. Na terceira etapa, foi realizada a união das virtudes éticas de Aristóteles com os conceitos de escola democrática de Paulo Freire e apresentado às contribuições éticas na construção da escola cidadã. Os autores partem do princípio que a gestão escolar, deve partir da participação, envolvendo toda a comunidade escolar, pois a vivência ética e política no espaço escolar fortalecem a cidadania e cumpre com a função social da escola.

Palavras-chave: Ética. Gestão escolar. Escola. Democracia.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A FORMAÇÃO ÉTICA E CIDADÃ NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

(TRAINING AND ETHICS IN PUBLIC SCHOOL CONSTRUCTION MANAGEMENT)

AUTORA: ADRIANE CRISTIANE HEDLUND

ORIENTADOR: ELANE MARIA DIAS DE OLIVEIRA

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, setembro de 2011

Ethical education in construction management citizen: Utopia? What is the role of the manager in the school environment? Reflect on ethical values and generating actions, reflections and discussions about their meaning and importance of the citizen school construction. This work aims to reflect the role of schools and school manager, understanding the implications of the context of globalization and ethical education to impose an ethical school management and the difficulties encountered by this to ensure a quality education for all, a school democratic. Was conducted based on the analysis of authors such as Aristotle and Paulo Freire. We can evaluate the Aristotelian ethics, saying he always thought the ethics in the polis, for there is still a separate individual design of their city. What sets as a reference to the task of school is to train and citizenship in order to build the foundations for another possible world. In the first stage of work, studies were performed on ethics and Aristotelian virtues and their applicability. In the second step, the school was presented as an ethical space within a Freirean vision. In the third step, we performed the union of the ethical virtues of Aristotle with the concepts of democratic school of Paulo Freire and presented to the ethical contributions to school construction citizen. The authors assume that the school management, must start from the participation, involving the whole school community, because the experience and political ethics in schools strengthen citizenship and complies with the social function of school.

Keywords: Ethics. School management. School Democracy.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - A ÉTICA ARISTOTÉLICA	13
1.1 A ética na Polis, na vida cidadã	15
1.2 Virtudes Aristotélicas	18
CAPÍTULO II – A ESCOLA COMO ESPAÇO ÉTICO	22
2.1 A ética Freireana	22
2.2 A escola como lugar e tempo (a praça) do exercício da ética política	23
2.3 Escola ética, Escola democrática e a gestão democrática	27
CAPÍTULO III - COMO A ESCOLA CONTRIBUI PARA A FORMAÇÃO ÉTICA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA?	37
3.1 O que é educar-gestar para a cidadania?	37
3.2 A contribuição da ética Aristotélica na construção da escola cidadã	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

APRESENTAÇÃO

O contexto atual da educação propõe um debate sobre uma escola que precisa estar preparada para proporcionar um ensino de qualidade, respeitando a heterogeneidade e a individualidade da comunidade escolar. Uma escola que proporcione educação de qualidade para todos, visto que todo ser humano tem a capacidade de aprender de acordo com seus interesses e seu ritmo. Dentro dessa perspectiva, procurei desenvolver e analisar fundamentos filosóficos muito importantes e que estão interligados entre si - ética e cidadania - para o fortalecimento de ações que dêem apoio ao protagonismo de agentes transformadores na construção da escola cidadã.

O trabalho que ora apresentamos é resultado do projeto de pesquisa que teve por tema a ética e a cidadania na construção da escola cidadã. A construção deste trabalho partiu do interesse em aprofundar o estudo sobre gestão escolar, que desde a graduação já me traziam inquietações. Investigamos a obra *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, e seus pensamentos sobre a ética, a conduta, a moral e a virtude compondo uma relação com o cotidiano humano, versando sobre a presença do fundamento ético e seus valores no meio educativo. Além disso, estudamos a visão do educador Paulo Freire ao pensar sobre a aplicabilidade desses conceitos e virtudes éticas na construção da escola cidadã.

Desde a Grécia antiga, o filósofo Aristóteles discursou em seus pensamentos sobre a ética, principalmente em “*A Ética a Nicômaco*”, sendo esta a conduta virtuosa e moral para a busca da felicidade. Nesse período ela passou a ser compreendida como caminho para o bem individual e de toda uma sociedade, como ação humana formada pela virtude.

Os primeiros estudos sobre ética partiram dos filósofos da cultura ocidental, mais especificamente na Grécia antiga, refletindo sobre os problemas fundamentais da moral, então o homem se consolida em objeto de pesquisa para o discurso moral e político, como forma de enquadramento social, no âmbito de teorizar a finalidade e

o sentido do viver humano, as bases da obrigação e do dever, a essência do bem e do mal, o valor da consciência moral, e razões para a justiça e a harmonia das condutas.

A ética, segundo Aristóteles (1973), serve como condução do ser humano à felicidade, no sentido mais amplo da palavra. E é em toda interação, na dinâmica do convívio social, que se possibilita transparecer os valores éticos e morais humanos, assim como o desenvolvimento destes; acreditava que o exagero poderia ser motivo para a criação de conflitos com outros indivíduos ou com a sociedade. Portanto, isso poderia afetar o nosso caráter. Nesse sentido, os excessos prejudicam a imagem do homem social.

Ressaltando que, o comportamento ético é o ato de agir, de decidir, de fazer o bem de fato, assim lutar por uma conduta virtuosa na comunidade em que estamos inseridos é fundamental. Isto é, para conduzimos nossa vida de forma mais harmoniosa em sociedade, na busca da felicidade, da liberdade e da justiça precisamos de uma conduta virtuosa, uma disposição moral para o bem individual e comum. Porém, vemos que, atualmente, esta forma de pensamento e, principalmente, estes valores estão se desintegrando. Podemos dizer que vivemos uma crise ética, sem precedentes, neste momento.

No campo da ética, segundo Aristóteles (1973), todos nós queremos ser felizes e para obter a felicidade, precisamos desenvolver e exercer nossas capacidades, no convívio social, ou seja, em nossas relações com o outro, na sociedade. Ele acreditava que a autoindulgência e a autoconfiança exageradas criam conflitos com os outros e prejudicam nosso caráter. No entanto, coibir esses sentimentos também seria prejudicial. Para Camps (1995), é daí que parte a doutrina do justo meio, pela qual a virtude é um ponto intermediário entre dois extremos, os quais constituem vícios ou defeitos de caráter.

Para Aristóteles (1973), é a ética que conduz à política. Segundo o filósofo, governar é permitir ao cidadão viver a vida plena e feliz eticamente. Assim, ao Estado cabe tornar possível o desenvolvimento e a felicidade do indivíduo, pois o indivíduo só será feliz na convivência em sociedade, ou seja, ele precisa estabelecer relações com outros homens. É na interação social que o homem coloca em ação sua melhor característica, isto é, é lá que ele se apresenta como ser social. Nesse sentido, se é a educação a forma de socializar os seres humanos é ela, também, que conduz a formação ética dos indivíduos. A educação, para Aristóteles, é um

caminho para a vida pública, portanto, a formação do caráter do aluno é responsabilidade da educação, que deve orientar todos a buscar o justo, o certo, a prudência, a sensatez só assim os homens encontrariam a felicidade.

Sabemos que o ser humano só será feliz e melhor contribuirá com o mundo se desfrutar das condições necessárias para o desenvolvimento de seus talentos. No entanto, a crise de paradigmas também atinge a escola e por extensão seus componentes sejam eles gestores, professores ou funcionários. A globalização das comunicações e o desenvolvimento das tecnologias da informação têm levado, a todos os lares, via os meios de comunicação, muitas informações e programas que provocam a necessidade de um repensar de nossas ações tendo como baliza os valores éticos, da escola, da cultura e da política. Assim, nessa sociedade cresce a reivindicação pela participação, autonomia e, contra toda forma de uniformização. Essa discussão acerca da ética, na escola e nas relações sociais pode favorecer ao processo de democratização da escola. Esse é, sem dúvidas, o intuito desse estudo.

Este trabalho tem como objetivo refletir o papel da escola e do gestor escolar, compreendendo as implicações que o contexto de globalização e a formação ética impõem para uma gestão escolar ética e, as dificuldades encontradas por essa em garantir uma educação de qualidade para todos, uma escola democrática.

A escola deve ser um espaço democrático, que permita a comunidade escolar manifestar seus conhecimentos e experiências de vida, seja através da interação oral ou escrita entre seus membros. Acreditamos que o papel do gestor em seu ambiente de trabalho é proporcionar aos seus companheiros, alunos e a comunidade escolar um ambiente harmonioso e espaço para a vivência e a defesa de valores éticos. Assim, cabe ao gestor articular suas funções, de forma a estimular a efetiva participação cidadã de todos. Sabemos, no entanto, que o gestor enfrenta vários desafios para executar suas tarefas. Um dos primeiros desafios que um gestor enfrenta é conseguir envolver toda a equipe da escola com os objetivos a ser alcançados. Há muita diversidade dentro do ambiente escolar, e, é necessário estar atento sobre isso. É necessário, ao gestor, ter muita clareza na maneira de se relacionar com as pessoas, é necessário ouvir muito; promover aos professores oportunidades de discussão, deixá-los colocar as suas idéias, discutir propostas, chegar a um consenso e acatar aquilo que for melhor para o grupo e aos objetivos e funções da escola, chegando a um objetivo comum. Para que se estabeleça um

ambiente participativo, sadio, democrático e ético é muito importante, por um lado, a confiança depositada em cada um em particular, e por outro, o compromisso de cada um com a dimensão profissional e ética. Isso facilitará o trabalho de todos. No entanto, é preciso que se veja dentro do corpo do trabalho da instituição qual o tipo do gestor que se encaixa com essa responsabilidade no ambiente escolar, pois cada uma dessas responsabilidades é necessário que seja executada. O papel do gestor nesta perspectiva deverá ser de mediador, capaz de assegurar continuamente as conquistas dos alunos, promovendo interação dentro e fora da escola, a fim de construir a escola cidadã.

Cabe ao gestor incentivar que a comunidade escolar inicie, retome ou aprofunde ações educativas que levem a formação ética e moral de todos os membros que atuam e se educam nas instituições escolares, partindo do pressuposto do pensamento autônomo e crítico de todos os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar.

Segundo a LDB (1996), a educação tem como finalidade a construção da cidadania. Na escola sua ação e reflexão poderão contribuir com uma educação emancipadora, onde os cidadãos e cidadãs descubram a sua capacidade de perceber e interferir no mundo em que vivem. Trabalhar questões éticas na comunidade escolar é um fator determinante na conscientização e fundamental para que a escola caminhe para uma educação democrática e conscientizadora. O gestor da escola é um educador que sabe ser, sabe conhecer, sabe fazer e viver, que precisa ter uma visão ampla, enxerga de longe, em qualquer um desse caso sua atuação é plausível.

CAPÍTULO I – A ÉTICA ARISTOTÉLICA

É **extremamente enriquecedor** estudar o tema da ética analisando a ética Aristotélica; a importância da Ética a Nicômaco pois o primeiro tratado sobre o agir humano da história. Com a leitura do livro foi possível dar atenção ao problema das relações entre os indivíduos, elemento fundamental no processo educativo na escola. É preciso que se diga que a leitura mostra que existe uma preocupação com a construção de uma ética científica; ela é classificada como uma ciência prática, como uma parte que antecede a política. Segundo Aristóteles (1973), as ciências práticas, que dizem respeito à conduta dos homens e aos fins que eles se propõem a atingir, seja como indivíduos ou como parte de uma sociedade política. Esse estudo da conduta e do fim do homem como indivíduo cabe à ciência ética.

Segundo Aristóteles (1973), o objetivo da ética era a felicidade (eudaimonia). A felicidade, para ele, era a vida boa; e que correspondia à vida digna, plena realização das próprias capacidades. Nesse sentido, Aristóteles demonstra que a felicidade do homem não pode consistir nas riquezas, nas honrarias, nos prazeres, pois nenhuma dessas coisas representa a plena realização das capacidades humanas. Assim se o homem é um ser racional, o seu bem ou a sua felicidade deve consistir na atuação da razão. E, a perfeita atuação da razão verifica-se na contemplação. Logo, a felicidade do homem consiste na contemplação. No entanto, é preciso que se tenha claro que o homem não é pura razão, nem puro espírito, mas também carne e sentidos. Para que o homem seja realmente feliz é necessário que sejam satisfeitas todas as suas faculdades, inclusive as dos sentidos. A satisfação dos sentidos chama-se prazer. Logo, a verdadeira felicidade é constituída pelo prazer em conjunto com a contemplação e está a seu serviço. Embora se saiba que a felicidade como algo nobre e aprazível em consonância com a virtude, não está na riqueza, na honraria, nem no prazer, sabe-se, também, que na visão de Aristóteles os homens necessitam desses bens externos porque seria impossível realizar atos nobres sem os meios

A virtude aristotélica compreende uma prática e seria a forma mais plena da excelência moral, sendo assim, não poderia existir em seres incompletos ainda em formação, como as crianças. A excelência moral, revelada pela prática da virtude, seria, antes de tudo, uma disposição de caráter. Para o exercício da virtude seria, pois, necessário conhecer, julgar, ponderar, discernir, calcular e deliberar. Assim, a virtude corresponderia à ideia de uma razão reta relativa às questões da conduta, na escolha dos atos a serem praticados; e de um hábito para conduzir a ação reta. Nesse sentido, pode-se dizer que, na Ética de Aristóteles, virtude é hábito construído da relação dialética entre potência e ato:

[...] em relação a todas as faculdades que nos vêm por natureza recebemos primeiro a potencialidade, e, somente mais tarde exibimos a atividade (isto é claro no caso dos sentidos, pois não foi por ver repetidamente ou repetidamente ouvir que adquirimos estes sentidos; ao contrário, já os tínhamos antes de começar a usufruí-los, e não passamos a tê-los por usufruí-los); quanto às várias formas de excelência moral, todavia, adquirimo-las por havê-las efetivamente praticado, tal como fazemos com as artes. As coisas que temos de aprender antes de fazer, aprendemo-las fazendo-as – por exemplo, os homens se tornam construtores construindo, e se tornam citaristas tocando cítara; da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos, moderados agindo moderadamente, e corajosos agindo corajosamente. Essa asserção é confirmada pelo que acontece nas cidades, pois os legisladores formam os cidadãos habituando-os a fazerem o bem; esta é a intenção de todos os legisladores; os que não a põem corretamente em prática falham em seu objetivo, e é sob este aspecto que a boa constituição difere da má. (ARISTÓTELES, 1973, p.35-6).

É pelos atos que praticamos nas relações com outros homens, que nos tornamos justos ou injustos. Por isso, faz-se necessário estar atento para as qualidades de nossos atos; tudo depende deles, precisamos portanto nos habituarmos a praticar atos virtuosos.

Nesse caso, segundo Aristóteles(1973), a razão prática que não depende necessariamente de conhecimento teórico, que é construída pelo hábito, pela ação propositadamente exercitada e repetida, mediante uma faculdade já posta, em potência, no caráter do homem. O comportamento seria o fator distintivo da ética, assim, o modo de agir com os outros, consigo mesmo, frente aos que nos são caros, perante a Humanidade é que nos constituímos como seres justos, como seres que praticam a temperança, a bondade. Para o mesmo autor, a natureza da reta razão estaria potencialmente presente no ser humano e cumpriria à trajetória da vida, por meio de escolhas traduzidas em ações. Tal deliberação exige, contudo, consciência e discernimento, além de uma predisposição para a mediania, para a moderação. Em geral, essa escolha seria subordinada a emoções e a faculdade da alma. Nessa

perspectiva, a atitude mais prudente e mais sábia seria lançar mão do que Aristóteles chama de justo meio evitando os extremos. Pensar o justo meio em educação seria prescrever a ação sensata aquilo que, nos termos de Aristóteles, “não é demais nem muito pouco” (ARISTÓTELES, 1973,p.41).

1.1 A ética na polis, na *vida cidadã*

Uma contribuição significativa do estudo da ética é reconhecer que o ideal de felicidade é que o indivíduo viva as virtudes dentro da polis, no espaço cidadão de cada um. Segundo Aristóteles(1973), é nela que o homem vive sua vida intelectual, podendo ser capaz de dirigir bem a vida, deliberando de modo correto o que é bem ou mal para si e, por , aos demais. É o exercício dessa virtude que constitui a perfeição da atividade contemplativa, que é possível alcançar a felicidade plena. Podemos avaliar a ética aristotélica, dizendo que sempre se pensa a ética na polis, pois, não há uma concepção de indivíduo separado de sua cidade. A vida ideal e feliz é a vida racional, e vivida em sociedade, na relação com o outro. Essa vida feliz supõe a estima de si mesmo e a amizade.

Aristóteles, ao tratar da Ética, destaca que a ideia de felicidade está relacionada à identificação do melhor governo, compreendendo-se este melhor como “aquele em que cada um encontra aquilo de que necessita para ser feliz” (ARISTÓTELES, 1973, p.45).

Ética (gr. *Ethike*, de *ethikós*: que diz respeito aos costumes). Parte da filosofia prática que tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral [...] mas fundada num estudo metafísico do conjunto das regras de conduta consideradas como universalmente válidas. Diferentemente da moral, a ética está mais preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme a sabedoria filosófica, em elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre os meios de alcançá-las. A moral está mais preocupada na construção de um conjunto de prescrições destinadas a assegurar uma vida em comum justa e harmoniosa. (JAPIASSÚ, 1996, p. 93)

Podemos avaliar a ética aristotélica, dizendo que sempre se pensa a ética na polis, no meio social, pois não há ainda a concepção de indivíduo separado de sua cidade. A vida ideal e feliz é a vida racional e supõe a estima de si mesmo e a amizade.

Apreender a ideia aristotélica de ética requer, de qualquer maneira, algum deslocamento de nosso modo usual de perceber o tema. Como já dissemos, para

Aristóteles, o objetivo da ética era a felicidade. A felicidade, para ele, era a vida boa; e corresponderia à vida digna. Nessa direção, haveria uma subordinação da ética à política: “os tratados éticos e os tratados políticos pertencem a um mesmo estudo, classificado como política” (RUSS, 1997, p.39).

O discurso aristotélico considerava o universo como ordenado por leis constantes e imutáveis. Essa ordem rege não só fenômenos naturais, mas também os de ordem política, moral ou estética. Assim, segundo Aristóteles, a origem do Estado é natural e não convencional, portanto os homens unem-se para formar a sociedade instintivamente, porque de outro modo não poderiam satisfazer a todas as suas necessidades físicas e intelectuais. segundo Aristóteles(1973), o Estado é, portanto, uma criação do homem porque ele é um animal social, um animal político. Se alguém, por natureza e não só acidentalmente, vive fora do Estado, é superior (Deus) ou inferior (animal) ao homem.

Para Aristóteles (1997), ao definir o homem como *zoon politikón* (animal político) e *zoon lógon ékhon* (animal dotado de fala) bem como ao afirmar a superioridade absoluta da *bíos politikós* (vida política) em relação aos outros modos de vida que compõem a *vita activa* do homem a vida do escravo, a do artesão e a do mercador, Aristóteles teria compreendido e sabido exprimir os princípios que organizavam a cidade grega. Nesse caso, é a ética que conduz à política. Segundo o filósofo, governar é permitir aos cidadãos viver a vida plena e feliz eticamente alcançada no meio social. O Estado, portanto, deve tornar possível o desenvolvimento e a felicidade do indivíduo, pois, os indivíduos precisam estabelecer relações com outros homens.

Podemos avaliar a ética aristotélica, dizendo que sempre se pensa a ética na polis, no convívio social; não há ainda a concepção de indivíduo separado de sua cidade. Os regimes políticos que ele analisa são produtos das cidades, onde vivem e convivem as mais variadas, contraditórias e inconstantes agrupações humanas. Entre as quais as famílias da mais variada procedência, com as mais variadas condições econômicas e culturais, cidadãos atuando nas mais variadas atividades profissionais, das mais simples as mais sofisticadas, convivendo com inúmeras graduações e hierarquias que os separam ora pela riqueza, ora pelo nascimento, ora pelo talento. A seu ver os gregos teriam encontrado uma disposição ideal para o conjunto das atividades humanas, de modo tal que aquela que mais contribuísse para que o homem recebesse posição privilegiada, para isso, a atividade da ação

superior segundo aquele critério às demais, deveria ser abrigada num espaço próprio à esfera política, um espaço inteiramente distinto, destinado às atividades inferiores do labor e do trabalho a esfera doméstica. Eis a razão pela qual a cidade grega é considerada como um momento privilegiado na história das organizações políticas. Nesse sentido, o Estado surge para tornar possível não só a vida, mas também a vida feliz, já que o objetivo da vida humana é a felicidade.

Segundo Camps (1996) Aristóteles viveu por inteiro no século IV a.C e acreditava que os regimes políticos existentes no seu tempo comparavam-se com a regularidade dos ventos ou para o norte ou para o sul. No entanto, percebeu que há desvios de toda ordem. Assim se dá com as formas políticas. Podemos pensar que algumas delas são permanentes, tais como a monarquia, a aristocracia e a *politéia* (o governo constitucional), no entanto, há os naturais "desvios", que nos conduzem a outras organizações políticas, piores do que as ideais. Entre elas ele apontava a tirania (a mais nociva), a oligarquia e a democracia (apontada por ele como "a pior das formas boas, mas a melhor entre as variedades más"). O motivo dessa multiplicidade das formas políticas, boas e más, deviam-se a que a sociedade humana era muito diversificada, pois a polis é o encontro do multitudinário.

Feitas essas observações, Aristóteles dedica-se então a opor a oligarquia (o governo dos ricos) à democracia (o governo dos homens livres), como os desviantes mais eloquentes da soberania das massas. Tanto um como outro são legitimados pela maioria, havendo, porém uma distinção fundamental. Na oligarquia é um grupo reduzido de ricos que exerce diretamente o poder, enquanto na democracia são os homens livres que a controlam. O filósofo, em questão, não via a democracia como um valor universal. Nessa direção, não basta dizer que a democracia é o regime dos homens livres, mas sim que é o regime onde os homens livres são a maioria, definindo-se como uma oligarquia quando os ricos e bem nascidos, que são sempre uns poucos, governam a cidade. Neste cenário, a teoria ética filosófica objetiva estabelecer o bem tanto ao indivíduo quanto à sociedade num todo. Então, o comportamento ético é o que é considerado mais prudente. Porém, uma questão central que a moral e a ética tratam, e que é muito difícil de responder, é "como devo agir para com os outros?". A visão sob a ética na filosofia grega clássica se faz mais empírica, claramente exposta nas obras de Aristóteles. Nela os homens tornam-se justos praticando atos justos.

Tanto a Ética como a Política são atividades de radical importância para cada um na polis, pois, o que se diz, aquilo que se planeja, o que se constata, descreve, discute, debate e se decide não é apenas algo sobre cada um e sobre os muitos da polis, mas, é o que cada um dos muitos são, isto é, o seu jeito de ser, a sua forma de manifestar-se e a própria participação na vida.

Segundo Chauí (2002), a junção dos termos “ética” e “política” não seriam, pois, apenas o viver em conjunto, mas fundamentalmente o bem viver em conjunto; e, se homem é feito para a sociedade civil, seu ofício é a boa vontade da convivência para que cada um melhor encontre aquilo de que necessita para ser feliz.

1.2 Virtudes Aristotélicas

Nesse sentido, considerando a felicidade a melhor, a mais nobre e a mais aprazível coisa do mundo e, estando ela identificada como uma atividade da alma em consonância com a virtude, não sendo ela propriamente a riqueza, a honra ou o prazer, ela necessita igualmente desses bens exteriores, porque é impossível realizar atos nobres sem os meios. Por isso, podemos perguntar: a felicidade é adquirida pela aprendizagem, pelo hábito ou adestramento, é conferida pela providência divina ou se é produto do acaso. Se a felicidade vem como um resultado da virtude, é preciso garantir esse meio para conseguir a felicidade. Por virtude Aristóteles entende o “hábito de escolher o justo meio”. Em seu livro *Ética a Nicômaco*, ele expressa o intuito, o propósito, o objeto e o sujeito do estudo da ética:

Estou falando da excelência moral, pois é esta que se relaciona com as emoções e ações, e nestas há excesso, falta e meio termo. Por exemplo, pode-se sentir medo, confiança, desejos, cólera, piedade, e, de um modo geral, prazer e sofrimento, demais ou muito pouco, e, em ambos os casos, isto não é bom: mas experimentar estes sentimentos no momento certo, em relação aos objetos certos e às pessoas certas, e de maneira certa, é o meio termo e o melhor, e isto são característicos da excelência. Há também, da mesma forma, excesso, falta e meio termo em relação às ações. Ora, a excelência moral se relaciona com as emoções e as ações, nas quais o excesso é uma forma de erro, tanto quanto a falta, enquanto o meio termo é louvado como um acerto; ser louvado e estar certo são características da excelência moral. A excelência moral, portanto, é algo como equidistância, pois, como já vimos seu alvo é o meio termo. Ademais é possível errar de várias maneiras, ao passo que só é possível acertar de uma maneira (também por esta razão é fácil errar e difícil acertar – fácil errar o alvo, e difícil acertar nele); também é por isto que o excesso e a falta são características da deficiência moral, e o meio termo é uma característica da excelência moral, pois a bondade é uma só, mas a maldade é múltipla (ARISTÓTELES, 1973, p.42).

A virtude é o hábito de praticar ações que estejam no meio entre dois excessos, a virtude está no meio. Aristóteles a compreende como uma prática para a qual não haveria um aprendizado suficientemente eficaz que garantisse a ação virtuosa. No entanto, ela seria a forma mais plena da excelência moral e, por esse motivo não poderia existir em seres incompletos ainda em formação, como as crianças. Ela seria uma disposição de caráter. Nesse sentido, para o exercício da virtude seria necessário conhecer, julgar, ponderar, discernir, calcular e deliberar. Ela não é pautada pelo mero conhecimento do bem como elemento que poderia dirigir a ação justa. A virtude, como elemento básico da excelência moral, corresponderia à ideia de uma razão reta relativa às questões da conduta. Tomando por suposto essa realidade, tal disposição do caráter humano teria por base a escolha dos atos a serem praticados e um hábito firmado e formado para conduzir a ação reta. Nesse sentido, pode-se dizer que, na Ética de Aristóteles, virtude é hábito construído pela relação entre potência e ato. Assim a potencia é a dimensão inicial enquanto que o ato é sua dimensão prática. Nas palavras de Aristóteles

[...] em relação a todas as faculdades que nos vêm por natureza recebemos primeiro a potencialidade, e, somente mais tarde exibimos a atividade (isto é claro no caso dos sentidos, pois não foi por ver repetidamente ou repetidamente ouvir que adquirimos estes sentidos; ao contrário, já os tínhamos antes de começar a usufruí-los, e não passamos a tê-los por usufruí-los); quanto às várias formas de excelência moral, todavia, adquirimo-las por havê-las efetivamente praticado, tal como fazemos com as artes. As coisas que temos de aprender antes de fazer, aprendemo-las fazendo-as – por exemplo, os homens se tornam construtores construindo, e se tornam citaristas tocando cítara; da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos, moderados agindo moderadamente, e corajosos agindo corajosamente. Essa asserção é confirmada pelo que acontece nas cidades, pois os legisladores formam os cidadãos habituando-os a fazerem o bem; esta é a intenção de todos os legisladores; os que não a põem corretamente em prática falham em seu objetivo, e é sob este aspecto que a boa constituição difere da má. (ARISTÓTELES, 1973, p.35-6).

É pelos atos que nas relações com os outros homens, nos tornamos justos ou injustos, praticamos ou não a virtude. Daí a necessidade de estarmos atento para as qualidades de nossos atos. Tudo, na dimensão ética depende deles. Assim, desde a nossa juventude precisamos nos habituar a praticar atos que sejam virtuosos, pois é pela prática de atos justos que nos tornamos justos e, que nos possibilita nos tornarmos bom.

Nesse sentido é importante retornarmos às questões colocadas por Aristóteles acerca das virtudes. De acordo com Aristóteles (1973), há duas espécies

de virtudes as intelectuais ou *dianoéticas* e as virtudes morais. As virtudes intelectuais resultam do ensino, e por isso necessitam de experiência e tempo enquanto que as virtudes morais são adquiridas como resultado do hábito, elas não surgem em nós naturalmente, mas as adquirimos pelo exercício prático, em última instância dependem da de exercícios de repetição, isto é, é praticando que os adquirimos.

Segundo Aristóteles (1973), as virtudes intelectuais são as melhores, porque a melhor parte do homem é aquela que concebe um princípio racional. E, que o puro pensamento não anima ninguém, no entanto quando ele está dirigido para um fim passa a possuir um poder animador. Para ele, o homem é visto como um autor de ação que resulta da união do desejo com a razão. Nesse caso, a virtude deve constituir-se naquilo que permite chegar à verdade. As disposições pelas qual a alma possui a verdade são cinco: a arte, o conhecimento científico, a sabedoria prática, a sabedoria filosófica e a razão intuitiva das virtudes intelectuais, a sabedoria é superior.

As virtudes morais são as que presidem o controle das paixões e a escolha dos meios aptos para a consecução do fim. Elas são muito importantes para os seres humanos e por isso são chamadas virtudes cardiais: prudência, temperança, justiça e amizade. A prudência pode corrigir o intelecto, isto é, torna-o capaz de avaliar com exatidão a bondade ou a malícia, em outras palavras, o caráter moral de uma ação. A temperança corrige o apetite concupiscível, e a fortaleza, o apetite irascível. A justiça rege o comportamento do homem em relação aos outros homens. Entre as virtudes examinadas por Aristóteles, que ocupa lugar de destaque é a amizade. Segundo ele, a amizade é tão importante que sem ela não pode haver felicidade. Quem se contenta com o exercício das virtudes é felicíssimo. De modo geral, Aristóteles considera o exercício das virtudes especulativas e, a essência da felicidade consiste na contemplação.

[...] o homem que contempla a verdade, porém, não necessita de tais coisas, ao menos para o exercício de sua atividade; e pode-se dizer até que elas lhe servem de obstáculo quando mais não seja para a própria contemplação. Mas, enquanto homem que vive no meio de outros homens, ele escolhe a prática de atos virtuosos: por conseguinte, necessita também de coisas que facilitam a vida humana [...] mas que a felicidade perfeita é uma atividade contemplativa [...] o homem feliz, como homem que é também necessita de prosperidade exterior, porquanto a nossa natureza não basta a si mesma para os fins de contemplação: nosso corpo também precisa gozar saúde, de ser alimentado e cuidado. Não se pense, todavia, que o homem para ser feliz necessite de muitas ou de grandes coisas. [...] a

autossuficiência e a ação não implicam excesso, e podemos praticar atos nobres sem sermos donos da terra e do mal. (ARISTÓTELES, 1973, p.47).

A educação, para Aristóteles, é um caminho para a vida pública, cabe à educação a formação do caráter do aluno. Perseguir a virtude significaria, em todas as atitudes, buscar o justo meio. A prudência e a sensatez se encontrariam no meio termo, ou medida justa.

Por ter potencialidades múltiplas, o ser humano só será feliz e dará melhor contribuição ao mundo se desfrutar das condições necessárias para o desenvolvimento do talento. A organização social e política, em geral, e a educação, em particular, têm a responsabilidade de fornecer essas condições.

A polis de hoje é o mundo, os muitos que perfazem a humanidade, os muitos organizados em países trustes, raças, religiões, multinacionais, etc. O *ethos* de hoje é o que somos em conhecimento, herança, cultura, em teorias diversas, em reflexão sobre o que somos. A Ágora, a praça de hoje é a escola, um lugar e um tempo de constatação e descrição do que as pessoas no mundo são em teoria, em conhecimento e em execução de seu *ethos*; um tempo e um lugar de reflexão e de discussões públicas pelas quais as pessoas expõem o que são; um lugar e um tempo de encontro de teorias, pessoas em debate e em reflexão conjunta.

Aqui cabe perguntar: é assim mesmo, ou a praça está interditada?

CAPÍTULO II – A ESCOLA COMO ESPAÇO ÉTICO

É possível que não haja Ágora, que não haja praça, ou seja, que esteja a impor-se por todos os lados, por todos os meios e a cada instante apenas a vitória de um *ethos* dominante a executar o impedimento da reflexão e a exigir em nome da competência, uma velocidade cada vez maior de sua comunicação, repetição e implantação. De acordo com Camps (1996), é possível que a rigidez, a ditadura e a competência de um discurso estejam implantadas e que com elas as pessoas “acostumaram-se”, perdendo, assim a capacidade de exercitarem a ética política como reflexão e análise das teorias, as quais, então, apenas defendem, propagam e tomam por verdade última, destino e futuro inevitável.

É possível que na escola haja apenas a constatação, a descrição e o repasse de um *ethos* firmemente estabelecido, com o qual professores e alunos conspiram, escamoteando a mediação da reflexão, a novidade do encontro e a possibilidade da discussão pública e indicadora de caminhos conscientes e instauradora de visibilidade.

É possível que o aluno esteja a entender-se como aprendiz da obediência ou da conspiração com todo o pré-estabelecido? Como através da formação ética, professores em sua prática pedagógica levam seus alunos a serem cidadãos críticos e transformadores da realidade? Essas e outras perguntas encontrarão respostas nas leituras e na interpretação do pensamento do educador Paulo Freire. Através delas mostraremos que sua obra, a sua clara opção política contra qualquer tipo de autoritarismo, desrespeito, injustiça, desigualdade.

2.1 A ética Freireana

Na perspectiva da ética universal de Freire - fundamentos éticos–morais - os gestores encontrarão elementos balizadores que podem tomar como elementos orientadores de sua ação pedagógica, de sua ação no mundo? Que Freire não tenha

tido tempo de aprofundar as sondas da sua inquietude gnosiológica nas profundezas das questões ético-morais, que se entremostam em sua obra, notadamente nos seus últimos escritos, não é de se duvidar; como também seria leviano afirmar que os problemas e casos que tangenciam este tema lhe fossem alheios.

O respeito à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. (...) É nesse sentido também que a dialeticidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. É preciso deixar claro que a transgressão da eticidade jamais pode ser vista como virtude, mas como ruptura com a decência. O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar (FREIRE, 1996, p. 66-67).

A citação se justifica pela clareza como o autor se coloca e que vem reafirmar a sua opção ética e democrática. E foi nesse contexto inédito e grávido de possibilidades que Paulo Freire se comprometeu, mais uma vez, com os oprimidos, com as minorias, com a democratização da escola e da sociedade. Lutando pela mudança da cara da escola, por uma escola competente, democrática, séria e alegre. Lutando por uma concepção de organização e de escola que considera os indivíduos enquanto sujeitos do ato de organizar-se. Mais uma vez, é a defesa da autonomia do ser humano, da escola, da sociedade elemento que instiga uma autonomia que lhe é própria. Uma autonomia que se desenvolve com os outros, e não de forma isolada.

2.2 A escola como lugar e o tempo (a praça) do exercício da ética política

Qual o papel das instituições socializadoras primárias, tais como a família, escola, religião neste processo? Os gestores tomariam como objeto-sujeito da formação ético-moral de si mesmo, os seus professores, seus alunos ou a ambos, em um processo simultâneo e complementar? Como, pois, construir este sujeito ético de que fala o próprio Paulo Freire? Como ele se situa na relação gestor-professor-aluno-mundo?

[...] estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem "tratar" sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível (FREIRE, 1996, p. 64).

Na citação supracitada percebemos que a ação como intelectual se aproxima do papel que também cabe ao gestor, sujeito ético em busca e com vocação a ser mais, um ser inserido no mundo, como ser inacabado e não determinado. Conforme o pensamento freireano poderíamos dizer que cabe ao gestor fazer-se a si mesmo, na relação e comunhão com o outro, ao mesmo tempo em que se propõe a construir com este o seu próprio "si mesmo".

Outro aspecto importante para Freire é o entendimento da educação como um ato político. Este se constitui, no entanto, um dos limites à prática do educador. Portanto, convém refletirmos sobre a advertência que ele faz:

A compreensão dos limites da prática educativa demanda indiscutivelmente a clareza política dos educadores com relação a seu projeto. Demanda que o educador assuma a política da sua prática. Não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. "É preciso assumir realmente a política da educação". (FREIRE, 1983.p. 46).

O educador/gestor/professor necessita ter presente que a prática educativa, enquanto prática política cria vivências, relações, não só transmite conteúdos. A escola, portanto, tem o compromisso social de ir além da simples transmissão do conhecimento sistematizado, preocupando-se em dotar o aluno da capacidade de buscar informações segundo as exigências de seu campo profissional ou de acordo com as necessidades de desenvolvimento individual e social. Então, precisamos preparar nossos alunos para uma aprendizagem permanente, principalmente para a vida. É necessário a cada momento fazer o aluno pensar, refletir, analisar, sintetizar, criticar, criar, classificar, tirar conclusões, estabelecer relações, argumentar, avaliar, justificar, etc.

Nesse sentido, atuação do gestor necessita ser uma atividade eficaz e permanente. Ele precisa demonstrar boa vontade e dinamismo aos olhos dos comunitários. Essa boa impressão gera confiança, e com isso a missão de construir uma escola cidadã vai aos poucos se tornando uma obrigação de todos os envolvidos. Logo surge a necessidade de continuidade, através de projetos mais

ousados que atinjam toda a sociedade, de forma concisa e duradoura. Para isto é preciso que os gestores trabalhem com metodologias participativas, desafiadoras, problematizando os projetos da instituição. Por extensão, os professores, também, estimularão metodologias desafiadoras, problematizadoras, estimulando os alunos a pensar, a formular hipóteses, a descobrir, a falar, a questionar, a colocar suas opiniões, suas divergências e dúvidas, a trocar informações com o grupo de colegas, defendendo e argumentando seus pontos de vistas. Agindo dessa forma estarão trabalhando com a dimensão política da educação, buscando formar cidadão e, a escola tornando-se espaço das discussões, a praça da polis grega.

Para Freire (2001), as questões e problemas principais da educação não são questões pedagógicas, ao contrário, são questões políticas. Para ele, a educação e o sistema de ensino não modificam a sociedade, mas a sociedade é que pode mudar o sistema instrucional.

Uma nova educação, para Freire (2001), só poderia ser possível com uma profunda mudança da sociedade, da política (“politicagem”), da ética, do cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais. Essa nova educação não aceita a constante exploração dos oprimidos. Seria uma educação para a autonomia e para a capacidade de dirigir, para formar cidadãos plenos, enfim, uma educação cidadã. Esta é, portanto, uma educação para a cidadania. Ela necessita ser, por um lado, conscientizadora dos direitos, bem como, da importância da participação da sociedade na reivindicação dos mesmos e por outro, responsabilizadora em relação aos deveres de toda e qualquer pessoa que se proponha cidadão.

Logo, educar para a cidadania deve ser o objetivo político da escola, fazendo da cidadania uma questão interdisciplinar por excelência. O artigo 14 da LDB 9394/96 define que o sistema de ensino deve estabelecer normas para o desenvolvimento da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica. Essas normas devem estar de acordo com as peculiaridades de cada sistema e garantir a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola, além da participação da comunidade local em conselhos escolares. Este é um caminho que leva à construção do que se chama escola cidadã, e cujos eixos norteadores são:

[...] a integração entre educação e cultura, escola e comunidade [...], a democratização das relações de poder dentro da escola, o enfrentamento da questão da repetência e da avaliação, a visão interdisciplinar e transdisciplinar e a formação permanente dos educadores [...] (GADOTTI; ROMÃO, 1997, p.40).

A formação da cidadania diz respeito à formação de determinados valores, atitudes e compromissos indispensáveis à vivência numa sociedade democrática, tais como solidariedade, cooperação, responsabilidade, respeito às diferenças culturais, étnicas e de gênero, repúdio a qualquer forma de discriminação e preconceito, entre outros. É função social de a escola propiciar a formação destes valores. Entretanto, valores não podem ser ensinados de forma teórica, devem ser vivenciados. É preciso que a escola e o próprio professor dêem testemunho daqueles valores que direcionam sua ação, fazendo da escola um ambiente de vivência de valores democráticos.

As qualidades ou virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos. Este esforço, o de diminuir a distância entre o discurso e a prática, é já uma dessas virtudes indispensáveis – a coerência (FREIRE, 1996, p.72).

Uma exigência séria para que o Gestor e os professores, em última instância, a Escola possa ser veículo de educação para a cidadania. Para que ela se assuma como instituição de formação e de educação pelo reconhecimento de valores e das regras que os promovam e os defendam. Para Freire (1996), assumir que a Escola está integrada no meio e que é fator de socialização é indispensável. Porém, ela está ao serviço da formação e da educação de pessoas que são chamadas a renovar e a transformar o meio e o ambiente em que vivem, procurando sempre veicular qualidade, dignidade e perspectivas de futuro é, além de indispensável, seu fundamento.

Como se pode perceber, as virtudes que são exigidas ao ato de ensinar e de aprender e, não obstante ao ato de gestar a instituição, não são poucas. E, como propõe Freire, deve-se lutar por uma ética inseparável do ato de gestão e da prática educativa. Esta luta se manifestará na prática diária, nas experiências que vivenciamos, no entanto, é necessário testemunhá-la com os educandos/educadores em nossas relações. Considerando que o processo de gestão democrática não é função exclusiva do gestor escolar, mas da realização de um trabalho participativo envolvendo todos os segmentos sociais que compõem a escola.

O trabalho do gestor escolar apresenta desafios que sempre envolvem expectativas, inseguranças, dúvidas e que, em nós, conclamam a necessidade de agir, intervir, de fazer, face aos desafios propostos pela experiência. Assim, refletir sobre a prática escolar, esclarecendo-a e transformando-a na direção da construção do homem e mulher necessários a uma sociedade, também, em transformação é condição indispensável à construção da escola cidadã que veicula valores, que estimula virtudes intelectuais, que exercita virtudes morais, que tem presente a dimensão política da educação.

A escola é o lugar e o tempo (a praça) do exercício da ética política. Isto ela é por definição, por excelência, por obrigação e por princípios. Ela é, ao mesmo momento, tempo e lugar de refletir sobre os conhecimentos, sobre a ciência, sobre o mundo; de saber e de assumir que somos teoria, compreensão e promoção de sentido; de saber e afirmar a necessidade da discussão sobre o conhecimento que expressamos, já que há necessidade de convivência entre os muitos; de saber que a questão do conhecimento esta ligada com a própria forma de institucionalização da escola e, ao mesmo tempo com a proposição de sociedade que se tem.

2.3 Escola ética, Escola democrática e a gestão democrática

A escola hoje, enquanto espaço de relações e de reflexões de pessoas, que se constroem cidadãs, se pergunta sobre si mesma; sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia, das comunicações, da educação e da cultura, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local. Nessa sociedade cresce a reivindicação pela participação, autonomia e contra toda forma de uniformização; cresce também o desejo de afirmação, de singularidade e, a necessidade de se repensar o papel da educação.

O papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos (BRASIL, 1997). Essa dimensão da escola aponta para a autonomia da escola de construir-se como tal, a partir de sua própria realidade. No Brasil, o tema autonomia da escola encontra suporte na própria Constituição promulgada em 1988, que institui a “democracia participativa” e cria instrumentos que possibilitam ao povo exercer o

poder diretamente: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio dos representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (CF/1988 Art. 1º § único) (BRASIL, 2000).

A democracia como governo do povo, pelo povo e para o povo, supõe o modo de partilha de poder em que o povo participa da gestão e das decisões fundamentais do Estado. Assim, como governo do povo, precisa do consenso da maioria dos cidadãos e do respeito às regras estabelecidas. Ao mesmo tempo, abrigam diversidade, antagonismos e necessita do conflito de ideias e opiniões, o que lhe conferem vitalidade e produtividade. Dessa maneira, tem um caráter dialógico: consenso/conflito; liberdade/igualdade/fraternidade; comunidade nacional/antagonismos sociais e ideológicos e, com ele, um potencial construtivo.

Considerando-se que a democracia nutre-se da autonomia dos indivíduos e da liberdade de opinião e de expressão. E, que o conceito de autonomia, na escola, está associado ao fortalecimento da democratização da gestão escolar, por meio da participação responsável de todos nas decisões necessárias e, na sua efetivação mediante a um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais cobrado pela sociedade civil, há que se estimular a participação de todos na gestão da escola. É pela participação, acompanhamento e controle social que a escola se fará de qualidade.

Gestão é uma expressão que ganhou destaque no contexto educacional atual, acompanhando a tomada de consciência política reveste de importância fundamental para a participação e a criação de um sistema hegemônico, constituindo assim uma consciência crítica que não se dá espontaneamente, mas ocorre em uma ação organizada.

Segundo Gadotti (2001), para considerar determinada formação social democrática, precisamos levar em consideração o conjunto das relações e práticas sociais desenvolvidas em todas as instâncias de inserção dos seus membros nesta mesma sociedade. A democracia defende o direito de participação de todos em todas as decisões que favoreçam a qualidade de vida em sociedade. Para que haja essa verdadeira participação todos os indivíduos necessitam conhecer e viver desde sua infância, daí o papel da escola democrática, os princípios democráticos desenvolvendo assim sua “autonomia democrática”.

A autonomia democrática defendida por Gadotti (1997), é reconhecer o direito de escolher um caminho de vida próprio, de ser respeitado, nessas escolhas; de

viver de modo digno e satisfatório de acordo com próprias aptidões, desejos e valores. É a consolidação do direito de ser diferente, e o que atualmente chamamos de diversidade cultural. Nesse sentido, a gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças na estruturas organizacionais. Requer mudanças de praticas que se fundamentam na constituição de uma proposta coletiva de gestão, contrariando a concepção tradicional de um simples administrador.

De acordo com Gadotti (2001), gestão democrática requer a qualidade social da educação. Seus princípios estão na sociedade democrática na qual, respeitando diversidades humanas e culturais e comprometendo-se com uma sociedade justa e igualitária, a formação humana e cidadã é a sua principal finalidade. Para interagir de modo autônomo é preciso que os membros dos diversos grupos sociais tenham desenvolvido alguma autonomia como indivíduos. Isso torna o processo de construção da democracia, um ideal a ser construído a longo prazo. Um caminho é incentivar a autonomia para que as crianças aprendam a tomar decisões, construam suas regras, e sejam capazes de assumir as consequências de seus atos com responsabilidade. A escola tem papel fundamental nessa mudança. Precisa tornar-se democrática para formar cidadãos verdadeiramente preparados para assumir seu papel em uma sociedade que busque a democracia em toda a sua plenitude.

A educação como experiência comum de todos os seres humanos, tem função de apresentar uma proposta que tenha presente o modo de vida democrático. É essencial que nessa proposta se faça presente atividades educativas em que os alunos e a comunidade possam se envolver, pois democracia, também, se aprende através da experiência escolar. Para fundamentar de tal proposta podemos lançar mão dos escritos de Paulo Freire. Ele defendeu, em sua vida, pessoal, profissional e acadêmica, uma proposta democrática bastante original. Sua concepção enfatiza a importância de uma postura não ingênua perante os acontecimentos, e a necessidade de uma educação dialogal e ativa, orientada para a responsabilidade social e política caracterizada pela profundidade na interpretação dos problemas e livre de explicações mágicas.

De acordo com Paulo Freire (1981), uma educação voltada para a democracia deve possibilitar ao homem a discussão de sua problemática, da problemática social, de sua inserção nessa problemática, para que se de conta dos perigos de seu tempo e das atitudes que precisa assumir enquanto educador-cidadão consciente. Em resumo, para que ele assuma a uma postura crítica sobre a realidade é preciso estar

em contato com a vida, com o mundo real. E, assim, consciente ganhe estímulo para a mudança e valor para lutar, em lugar de ser submetido às prescrições alheias. Assim, é importante que a escola, ofereça uma educação ética e virtuosa que coloque seus alunos, em constante diálogo com o outro, que os predisponha a constantes revisões, a análises críticas de seus descobrimentos, de uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão, além disso, que os identifique com os métodos e processos científicos.

Considerando que os regimes democráticos nutrem-se da mudança, são flexíveis e inquietos, por isso mesmo exigem do homem tais características. Assim a educação deve ser um intento constante de mudar de atitude, de substituir hábitos antigos de passividade por novos hábitos de participação e ingerência requeridos pelo contexto de transitividade. Para Freire (1996), tanto a escolha dos conteúdos quanto a maneira de tratá-los entre os alunos deve resultar de uma decisão conjunta entre discentes, seus pais, professores, funcionários e especialistas do ensino. A seu ver, os educadores não devem esperar que a sociedade se democratize para em seguida democratizarem os conteúdos e as relações na escola. Os profissionais da educação não podem ser autoritários hoje e democratas amanhã.

Segundo Gadotti (1997), há pelo menos duas razões que justificam a implantação de um processo de gestão democrática na escola pública: Primeiro a escola deve formar para a cidadania e, por isso, ela deve dar o exemplo. A gestão democrática da escola é um passo importante para o aprendizado da democracia. A escola não tem um fim em si mesmo, esta a serviço da comunidade. Segundo, a gestão democrática pode melhorar o que é específico da escola, isto é, o seu ensino. A gestão democrática proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores. Não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. Assim, todos os envolvidos podem contribuir com a melhoria da qualidade do ensino participando ativamente da gestão democrática da escola. A participação, na visão de Freire, pertence à própria natureza do ato pedagógico.

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível, mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação

orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa (FREIRE, 2001).

A filosofia de Freire se posiciona a favor da liberdade, da justiça, da ética e da autonomia do ser humano, da escola, da sociedade. Mais ainda, Freire percebe que a democracia não acontece de uma hora para outra, por decreto, por concessão de uma autoridade que se auto intitula democrática, ou apenas quando a sociedade deixar de ser capitalista. Ele entende que a democracia, a liberdade, a autonomia é um processo. Mas não é um processo de cima para baixo, e sim uma conquista conjunta, coletiva, que exige respeito, diálogo e poder de decisão a todos que participam dessa caminhada. Na escola com a gestão democrática isso não é diferente. Através do diálogo, do respeito, da participação ativa e coletiva a escola pode fazer a diferença, modificando principalmente as relações entre as pessoas. Assim, talvez uma das formas de lutar por esse sonho seja reafirmar o caráter democrático do pensamento e da práxis freireana, tornando público que é possível pensar e atuar de uma forma diferente da ideologia e da prática neoliberal. A função da escola que só se preocupa com a transmissão de conhecimentos levanta questões éticas. Decidir sobre o que estudar também envolve questões valorativas, pois estudar é exercício de cidadania.

Gerir a escola democraticamente, contemplando a participação de todos no processo educativo, é uma tarefa que requer responsabilidade e habilidades para interagir com o pensar individual de cada membro da equipe, de modo que a experiência de cada um dos profissionais envolvidos no processo educativo contribua para o bem coletivo da comunidade escolar.

Sobre a gestão democrática, Gadotti (2001, p.33) afirma:

A gestão democrática deve estar impregnada por certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição de aulas, no processo de elaboração ou de criação de novos cursos ou de novas disciplinas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação de recursos humanos, etc. (GADOTTI, 2001, p.33).

A esses aspectos poderíamos acrescentar ainda a vivência de valores e da ética política da participação cidadã.

Segundo Gadotti (2001), nessa direção democratizar a escola não diz respeito apenas à democratização dos processos administrativos. Isto significa, por exemplo, requerer que os diretores de escola, os dirigentes regionais da educação, etc., sejam eleitos através de formas participativas, incluindo a consulta a professores, alunos, pais e líderes da comunidade. Um segundo aspecto da democratização, mais abrangente, refere-se à concepção de que para se democratizar a escola há que se democratizar a sua oferta. Isto significa que a escola deve universalizar a sua capacidade de responder às demandas. Um terceiro aspecto que tem sido considerado na discussão sobre a escola democrática diz respeito à sala de aula, à democratização do processo pedagógico. Diz respeito também à utilização de metodologias participativas, centradas não na atividade do professor, mas no trabalho do aluno.

As metodologias participativas defendidas por Gadotti (2001), são elementos que podem contribuir para que a escola possa buscar seu principal objetivo é promover a cidadania. A promoção da cidadania se faz através da gestão democrática, capaz de viabilizar a aquisição do saber e dessa forma desenvolver nos alunos aptidões que os possibilitem tornarem-se indivíduos críticos, formadores de opinião e capazes de buscar alternativas para os problemas no âmbito escolar e social. A escola democrática forma cidadãos, e cidadãos capazes de criar, criticar, descobrir e investigar com autonomia.

De acordo com Libâneo (1998), os principais instrumentos para se estabelecer uma gestão democrática são a comunicação, o diálogo e o comprometimento com o saber, assim como estes também são de fundamental importância nos relacionamentos entre professores e alunos numa dimensão cidadã. É através da comunicação que se dá a interação, a troca de experiências e conseqüentemente a aquisição de conhecimentos e novos pontos de vista entre educador e educando. Essa relação que permite a aquisição de novos conhecimentos, pelos sujeitos do processo educativo, em uma escola democrática, é mediada pela exploração das situações educativas pensadas e desenvolvida a partir do projeto pedagógico, na sala de aula e em todos os âmbitos educacionais. Faz-se necessário reforçar que todo projeto tem uma intencionalidade e é expressão de nossa vontade, seja social, seja individual, isto é, é resultado do exercício consciente de cidadania, da ética política proposta por Paulo Freire ao longo de sua vida.

Projetar segundo Gadotti (1997), significa “lançar-se para frente”, antever o futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com sentido definido. Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) não pode ser confundido com plano. O plano é insuficiente, pois, o plano é mais instituído. Um projeto precisa sempre rever o instituído, para a partir daí, instituir outra coisa. Torna-se instituinte. Todo projeto tem uma direção política, um rumo. O PPP da escola também é assim, sempre está incluso a uma finalidade da escola.

Como vimos PPP da escola está inserido e marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo, e única, não existe duas escolas iguais, dois projetos iguais.

No que se refere à educação, a Constituição de 1988, artigo 206, estabelece como princípios básicos o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e a “gestão democrática do ensino público”. Esses princípios podem ser considerados como fundamentos constitucionais da autonomia da escola,(BRASIL,2000).

Em uma gestão democrática a responsabilidade da constituição do PPP não é apenas da equipe diretiva , ao contrário ,a equipe diretiva é escolhida a partir do reconhecimento da competência e da liderança capaz de executar um projeto coletivo. Assim realizada, a eleição de um diretor, se da a partir de um projeto político para a escola. Ao eleger um diretor ou diretora de escola, o que se esta elegendo é um projeto para a escola. Na escolha de um diretor ou diretora percebe-se o quanto o projeto é político.

No atual contexto, caracterizada pela diversidade e pluralidade de interesses, em que a escola passa a ser vista como unidades sociais especiais, como organismos dinâmicos e vivos e o papel do gestor é fundamental, ainda segundo Luck (2000), passando o diretor a ser como um gestor da dinâmica social, um mobilizador e um orquestrador de atores e um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência, na construção do ambiente escolar e na promoção segura da formação de seus alunos.

Nesse sentido, não se entende, portanto uma escola sem autonomia para estabelecer seu projeto, executá-lo e avaliá-lo. Não se entende também o projeto pedagógico de escola como projeto de um só ou de pequeno grupo de pessoas da escola. Pois, como escreveu Boff (1997):

Uma águia nunca voa só. Vive e voa sempre em pares. Importa aqui recordar a lição de um mestre do Espírito. O ser humano-águia é como um anjo que caiu de seu mundo angelical [...].

Ao cair, perdeu uma das asas. Com uma asa só não pode mais voar. Para voar tem de abraçar-se a outro anjo que também caiu e perdeu uma asa. Em sua infelicidade, os anjos caídos mostram-se solidários [...].

Percebem que podem ajudar-se mutuamente. Para isso, devem se abraçar e completar suas asas. É só assim, abraçados e juntos, com a asa de um e de outro, podem voar. Voar alto rumo ao infinito do desejo. Sem solidariedade, sem compaixão e sem sinergia, ninguém recupera as asas da águia ferida que carrega dentro de si. Um fraco mais um fraco não são dois fracos, mas um forte. Porque a união faz a força. Uma asa mais uma asa não são duas asas, mas uma águia inteira que pode voar ganhar altura e recuperar sua integridade e sua libertação (BOFF, 1997, p. 105-108).

Assim, fazer gestão democrática é abraçar uns aos outros em busca de um projeto de cidadania, um projeto que fortalece a cidadania tanto do gestor, do educador como do educando.

Autonomia e gestão democrática, segundo Gadotti (2001), fazem parte do fazer pedagógico. Exige em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam seus dirigentes e gestores, e não apenas fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. Autonomia se constitui no horizonte da construção de relações humanas e sociais civilizadas e justas. Por isso ética. Autonomia é um conceito neutro. É possível formar cidadãos e cidadãs autônomos numa escola onde a autonomia não seja discutida, mas intimamente vivenciada por seus diferentes segmentos.

Autonomia se constitui no horizonte da construção de relações humanas e sociais civilizadas e justas, por isso ética. Autonomia não é um conceito neutro. Ela envolve a dimensão política da tomada de decisões. Por isso ela torna possível formar cidadãos e cidadãs autônomos numa escola onde a autonomia não seja discutida, mas intimamente vivenciada por seus diferentes segmentos.

Como princípio importante para o desenvolvimento da educação, a gestão democrática precisa ser vivenciada por meio de práticas democráticas, ocorram tanto na escola com um todo quanto no trabalho desenvolvido no âmbito da sala de aula, em particular. Na escola democrática o professor é muito mais um mediador do conhecimento, um problematizador. O aluno precisa construir e reconstruir o conhecimento a partir do que faz. Para isso, o professor também precisa ser curioso,

buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. Deixa de ser um lecionador, para tornar-se o organizador do conhecimento e da aprendizagem, procurando a boniteza e a alegria do processo, dizia-nos Paulo Freire: “A estética não está separada da ética.” E elas se farão presentes quando houver prazer e sentido no conhecimento que construímos. Por isso, precisamos também saber o quê, por que, para que estamos aprendendo.

Como o próprio nome sugere EDUCAÇÃO (educa-ação) significa, pois, educar para uma ação, isto é, a escola que se caracteriza como uma instituição formadora deve priorizar um ensino que capacite o educando a atuar na sociedade de modo a exercer a sua cidadania plenamente; a Democracia pode ocorrer de diversas formas, como, por exemplo, por meio da abordagem que privilegiamos ao desenvolvermos os conteúdos de ensino articulando-os à experiência e ao meio sociocultural dos seus atores. A escola democrática propicia o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, de como ele vai construindo o seu conhecimento, interagindo com seu próprio ambiente e desenvolvendo aptidões. É claro que o gestor precisa redimensionar sua prática, através de uma gestão descentralizadora, na qual as ações coletivas estejam contempladas num Projeto Pedagógico, sempre um processo inconcluso, a escola atua como um espaço de construção coletiva, educando para SER HUMANO.

Em síntese, a gestão democrática da educação, praticada por meio de diversos mecanismos objetiva o desenvolvimento e o estabelecimento de canais e formas de atingir uma maior qualidade social, no caminho da transformação da escola e da sociedade.

As escolas democráticas valorizam a diversidade de sua comunidade não as considera um problema. Essas comunidades incluem pessoas que refletem diferenças de idade, cultura, etnia, sexo, classe socioeconômica, aspirações e capacidades. Essas diferenças enriquecem a comunidade e o leque de opiniões que deve considerar. As comunidades das escolas democráticas são marcadas pela ênfase na cooperação e na colaboração, e não na competição.

As escolas democráticas não procuram apenas amenizar a dureza das desigualdades sócias na escola, mas mudar as condições que a geram. A escola democrática é um caminho para uma escola de qualidade para todos, pois ela é capaz de preencher todos os requisitos de uma escola verdadeiramente inclusiva que respeita a diversidade e a opinião de sua comunidade. Que traça seus caminhos

em busca de uma educação de qualidade juntamente com toda a comunidade escolar, que a peça principal da engrenagem de uma educação de qualidade.

A escola é tempo e lugar de recolocar, reinterpretar, reconstruir, denunciar, defender, reavaliar, recordar e, principalmente, de resgatar o discurso do homem – ser – proponente de teorias ao funcionar praticamente e, por isso mesmo no direito de estabelecer o sentido, de forma consensual e argumentativa, do passado, do presente e do futuro de si; de avaliar e desmascarar discursos hegemônicos triunfantes que prejudicam a lucidez. A escola democrática é o lugar e o tempo de se intensificar a consciência da necessidade de reflexão sobre o que os “muitos” são: é ela a praça como processualidade da ética política.

Assim, como escreveu Rubem Alves (2002, p.29):

Há escolas que são gaiolas.

Há escolas que são asas.

Escolas-gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Engaiolados são os pássaros sob controle. Seu dono pode levá-los aonde quiser. Deixaram de serem pássaros, pois, a essência dos pássaros é o vôo. Escolas-asas não amam os pássaros engaiolados, amam os pássaros em vôo. Ensinar o vôo não pode, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo pode ser encorajado.

Que nossas escolas sejam asas que possam encorajar o vôo cada vez mais democrático, cada vez mais ético, cada vez mais cidadão de nossos educando e de nossos educadores.

CAPÍTULO III – COMO A ESCOLA CONTRIBUI PARA FORMAÇÃO ÉTICA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA?

A escola hoje se questiona sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna, caracterizada pela globalização da economia, das comunicações, do pluralismo político, época de contradições humanas, individualismos e de grande despreendimento de bens comportamentais e morais, como o respeito, valorização do outro e o amor à família. Um dos caminhos apontados para a transformação deste contexto e já alcançados por muitas escolas são a elaboração e implementação de um projeto político-pedagógico que promova a construção de uma escola de qualidade, proporcionando aos alunos a oportunidade de uma aprendizagem significativa. Neste sentido, buscamos um caminho para a construção de uma escola cidadã.

3.1 O que é educar-gestar para a cidadania?

A resposta a essa pergunta depende da resposta de outra pergunta: “o que é cidadania?”.

Não é tarefa fácil definir o termo cidadania. Etimologicamente, cidadania origina-se do vocábulo *latino civis*, que em grego é o mesmo que polis. Em decorrência, cidadão era membro da polis, ou seja, da Cidade-Estado grega.

O pedagogo Gadotti (1997), ressalta o aspecto ético do termo, ao defini-lo como a consciência dos direitos e dos deveres no exercício da democracia. Assim, pode-se dizer que cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres no exercício da democracia. Nessa perspectiva não há cidadania sem democracia.

É necessário atentar que, o conceito de cidadania não se esgota na dimensão formal, ético-político-jurídica. É preciso perceber a dinâmica desses conceitos. A educação para a cidadania é um processo em construção. A educação, para Aristóteles, é um caminho para a vida pública. Cabe à educação a formação do

caráter do aluno. Perseguir a virtude significaria, em todas as atitudes, buscar o "justo meio". A prudência e a sensatez se encontrariam no meio-termo, ou medida justa –“o que não é demais nem muito pouco”, nas palavras do filósofo.

3.2 A contribuição da ética Aristotélica na construção da escola cidadã

Para compreendermos o que significa educar para cidadania vamos relembrar a ética Aristotélica, Ética a Nicômaco. Foi primeiro tratado sobre o agir humano da história, daí sua inegável importância.

Segundo Aristóteles (1973), o objetivo da ética era a felicidade (*eudaimonia*). Em suas reflexões sobre ética, Aristóteles afirma que o propósito da vida humana é a obtenção do que ele chama de vida boa. “Isso significava ao mesmo tempo vida ‘do bem’ e vida harmoniosa”. Ou seja, para Aristóteles, ser feliz e ser útil à comunidade eram dois objetivos sobrepostos, e ambos estavam presentes na atividade pública. O melhor governo, dizia ele, seria "aquele em que cada um melhor encontra o que necessita para ser feliz".

A felicidade, para Aristóteles (1973), era a vida boa; e esta corresponderia à vida digna, plena realização das próprias capacidades; partindo deste princípio, Aristóteles demonstra que a felicidade do homem não pode consistir nas riquezas, nem nas honrarias, nem nos prazeres, porque nenhuma dessas coisas representa a plena realização das capacidades humanas. Assim, se a felicidade decorre de vida digna e do desenvolvimento das capacidades de cada um a escola pode, sim, ser um espaço de construção dessas dimensões da vida cidadã. E, o gestor o seu grande impulsionador.

Na ética Aristotélica, toda ação humana está orientada para a execução de algum bem, ao qual estão unidos o bem e a felicidade; E, de qualquer modo, não se pode esquecer que, para Aristóteles, a felicidade, seja do Estado, seja do indivíduo, corresponde ao exercício continuado da prática da virtude e da prudência; sendo “o melhor governo aquele em que cada um melhor encontra aquilo de que necessita para ser feliz” (ARISTÓTELES, p.45).

Podemos avaliar a ética aristotélica, dizendo que sempre se pensa a ética na polis; não há ainda a concepção de indivíduo separado de sua cidade. A vida ideal e feliz é a vida racional; essa vida feliz supõe a estima de si mesmo e a amizade. Outra contribuição significativa dessa leitura foi ter esclarecido qual é o ideal de

felicidade: feliz é aquele que vive as virtudes dentro da pólis. É aquele que vive uma vida intelectual, sendo capaz de dirigir bem a vida, deliberando de modo correto o que é bem ou mal para si. É o exercício dessa virtude que constitui a perfeição da atividade contemplativa, e dessa forma que é possível alcançar a felicidade máxima.

Em suma, a ideia de ética é inseparável da ideia de justiça na comunidade humana. A história da cidadania mescla-se com a evolução histórica da democracia e dos direitos humanos. “A cidadania como noção de direitos e deveres do homem em comunidade somente pode ser vista a partir dos direitos humanos e da ideia de justiça” (IATORALA, 2006, p.105).

Para a filósofa brasileira Marilena Chauí (2002), o campo ético é constituído por dois polos que se inter-relacionam: o agente ou sujeito moral e os valores morais ou virtudes éticas.

A ética impõe ao sujeito moral uma exigência de se tornar ativo ante a realidade social que o cerca. O sujeito moral, portanto, não é um objeto sobre o qual todas as influências e determinações externas são exercidas.

Para Marilena Chauí, o sujeito moral passivo é um ser livre, autônomo e responsável pelos próprios atos:

Passivo é aquele que se deixa governar e arrastar por seus impulsos, inclinações e paixões, pelas circunstâncias, pela boa ou má sorte, pela opinião alheia, pelo medo do outro, pela vontade de outro, não exercendo sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade (CHAUI, 2002, p. 434).

Enquanto que o sujeito moral ativo ou virtuoso é:

[...] aquele que controla interiormente seus impulsos, suas inclinações e suas paixões, discute consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, indaga se devem e como devem ser respeitados ou transgredidos por outros valores e fins superiores ao existente, avalia sua capacidade para dar a si mesmo sua regra de conduta, consulta sua razão e sua vontade antes de agir, tem consideração pelos outros sem se subordinar nem se submeter cegamente a eles, responde pelo que faz, julga suas próprias intenções e recusa a violência contra si e contra os outros. Numa palavra, é autônomo. (CHAUI, 2002, p. 434).

Baseada na ideia da autora está diretamente relacionada à ideia de Democracia, pois não se constrói um Estado Democrático de Direito sem a participação ativa e crítica de todos os cidadãos; não se defende a coisa pública num ambiente de violência e/ou de afronta à dignidade humana. Como ciência do comportamento moral, cabe à Ética enunciar o que é bom, justo, virtuoso.

Enunciar o que leva à busca da felicidade, aqui entendida como a felicidade plural, coletiva, capaz de conduzir a um patamar superior de dignidade humana.

A dignidade da pessoa humana é primado fundamental da Constituição cidadã, inscrito no seu art. 1º. Por isso, é essencial que se faça reflexão sobre as virtudes éticas, que se tenha consciência do significado, a fim de que se possa balizar a ação moral, seja na vida profissional, seja nas relações sociais ou familiares.

A virtude, para Aristóteles (1973), é uma prática e não um dado da natureza de cada um, tampouco o mero conhecimento do que é virtuoso, como para Platão (427-347 a.C.). Para ser praticada constantemente, a virtude precisa se tornar um hábito. Embora não se conheça nenhum estudo de Aristóteles sobre o assunto, é possível concluir que o hábito da virtude deve ser adquirido na escola. Já que Aristóteles acreditava que educar para a virtude era também um modo de educar para viver bem – e isso queria dizer, entre outras coisas, viver uma vida prazerosa.

Percebe-se, assim, Aristóteles (1973), que o ideal era o homem virtuoso, forte com valores práticos e intelectuais existenciais. Para ele, o mais virtuoso era aquele capaz de realizar-se como homem, atingindo a felicidade ou a Eudaimonía, ou seja, o ideal, a felicidade pelo diálogo. No entanto, esta tal felicidade supõe um equilíbrio entre o ser e o ter, na complexidade humana, além de compreender que a vida é aprender a conviver, a partilhar as informações e o conhecimento em prol do bem comum.

Quanto à formação ética, Paulo Freire (1996) assim manifesta-se: "A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da pureza em puritanismo." A sua ética não admitia comportamentos perversos, discriminando as questões de raça, gênero e classe. Desunindo a população com preconceitos disfarçados por discursos vazios de prática.

Neste sentido o diálogo torna-se muito importante para a autonomia. Humaniza o homem na medida em que o coloca em comunicação com os outros desvelando a realidade. Era o que Paulo Freire queria por meio do diálogo, buscar a autonomia do sujeito. Assumindo uma postura ética e estética frente às adversidades do mundo. Problematizando o conhecimento, a ação e reação humana melhorando a compreensão e estimulando a empatia. Conscientizando o ser humano, resgatando valores e assim transformando a sociedade pela cidadania.

Segundo (Gadotti, 2001), Para dar conte dessa dimensão é necessário, pois, a implantação de uma escola cidadã, onde os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, capaz de assegurar o conhecimento historicamente acumulado, sem preconceitos, sem discriminação, discutindo sua autonomia e educando para que o aluno seja capaz de encontrar resposta do que pergunta.

A esse respeito, Libâneo (1998), afirma que a escola com a qual sonhamos deve assegurar a todos a formação que ajude o aluno a transformar-se em um sujeito pensante, capaz de utilizar seu potencial de pensamento na construção e reconstrução de conceitos, habilidades e valores.

Para tanto, torna-se necessário ao professor, o conhecimento de estratégias de ensino e o desenvolvimento de suas próprias competências de pensar, além da abertura, em suas aulas, para a reflexão dos problemas sociais, possibilitando aulas mais democráticas, através de um saber emancipador. Pois, apropriar-se criticamente da realidade significa contextualizar um determinado tema de estudo, compreendendo suas ligações com a prática vivenciada pela humanidade (LIBÂNEO, 1998).

Olhando para a pessoa do gestor que estimula a construção do cidadão ético percebemos que ele é um gestor virtuoso num ambiente democrático e participativo se colocar-se na perspectiva do outro. Agindo com a firme e desinteressada intenção de suavizar a aflição dos que sofrem. É aquele que tem sabedoria e humildade para entender que o homem só se realiza enquanto ser humano pelo olhar do outro, que o molda e o define. São virtudes essenciais ao exercício da vida em sociedade.

Na ética se debatem conflitos de atitudes, não de crenças... Por um lado a educação ética é uma formação do gosto e da sensibilidade, em direção a determinadas atitudes: a criação e a aquisição de um ethos, no sentido originário de 'caráter' e conjunto de 'hábitos', sem permitir que se caísse na inércia do 'habitual'. Com tal finalidade, a educação deve tender também a formar a razão autônoma, que assume a responsabilidade de deliberar, argumentar e justificar seus pontos de vista. Sem dúvida alguma, a melhor via não dogmática para se conseguir esses dois objetivos – educação de atitudes e educação na autonomia – é o exemplo; também na retórica clássica a personalidade moral do orador constituía um elemento importante para atrair a atenção e a adesão do público. O exemplo persuade do valor intrínseco a certas atitudes e a certos modos de julgar. As ideias se impõem quando se sabe defendê-las, e a defesa que revela suas próprias perplexidades e ambiguidades - e se mostra capaz de ponderar sobre elas - pode ser mais convincente que uma firme e segura declaração de princípios (CAMPS, 1995, p.52).

Considerando, também, que a educação, para Aristóteles (1973), é um caminho para a vida pública, cabe à educação a formação do caráter do aluno. Perseguir a virtude significaria, em todas as atitudes, buscar o justo meio. A prudência e a sensatez se encontrariam no meio termo, ou medida justa.

Por ter potencialidades múltiplas, o ser humano só será feliz e dará melhor contribuição ao mundo se desfrutar das condições necessárias para o desenvolvimento do talento. A organização social e política, em geral, e a educação, em particular, têm a responsabilidade de fornecer essas condições. Nessa sociedade cresce a reivindicação pela participação, autonomia e contra toda forma de uniformização e a discussão em torno da ética democratiza a escola.

A educação é a arte do fazer e a ética o ideal do ser humano. Deixando para a escola a tarefa de ser atraente, capaz de estimular, motivar e promover as mudanças que vêm se desenvolvendo pela informação e pelo conhecimento.

A escola democrática e cidadã é o lugar de aprendizados onde se desenvolvem os pilares do conhecimento e a vontade de aprender a aprender, que investe no processo de formação do cidadão, pela problematização. Pois, ao sistema educativo cabe a tarefa de prepará-los para a reflexão crítica, desenvolvendo a capacidade de pensar.

A escola deve ser um espaço democrático, que permita a comunidade escolar manifestar seus conhecimentos e experiências de vida, seja através da interação oral ou escrita. O papel do gestor nesta perspectiva deverá ser de transformador, peça fundamental na organização desse processo de ensino aprendizagem desempenhando um papel determinante na formação de atitudes e a criação das condições necessárias para o sucesso e a melhoria da educação. Para tanto, precisa trabalhar para a formação da autonomia que possibilita à compreensão das metas e dos objetivos da educação numa escola democrática, capaz de assegurar continuamente as conquistas dos alunos, promovendo interação dentro e fora da escola, a fim de construir a escola cidadã.

O gestor deve trabalhar com metodologias que resgatem os valores, o afeto desenvolvendo nas escolas a cultura do acolher, da aprendizagem significativa, centrada no educando e nas suas reais necessidades enquanto cidadão.

Sendo assim, constata-se que desenvolver e aprimorar o relacionamento humano é de fundamental importância. De nada adianta um desenvolvimento tecnológico, científico fantástico se este não for problematizado educacionalmente e

compartilhado com a comunidade. De nada adianta desenvolver saberes, se os mesmos não forem socializados, com perspectivas de aplicabilidade social para melhorar a qualidade de vida da população. De nada adianta a educação trabalhar de forma isolada sem estabelecer vínculos entre o Projeto Político e um Projeto social. De forma a garantir condições mínimas de dignidade à população.

Em perspectiva Aristotélica atual expressamos a luta pela vida e pela felicidade. Na parte educacional cabe aos docentes exercitar os valores e as virtudes. Tais como a prudência, a temperança, a coragem, a justiça e outras, pois sem os valores e as virtudes o homem não tem condições de enfrentar as adversidades que nossa ideologia dominante procura esconder.

Neste sentido se faz necessário desenvolver um trabalho que estimule, motive e de oportunidade as pessoas de pensar e agir sobre a arte de viver e conviver em comunidade. Por outro lado à escola deve aprender de Aristóteles que a sua ciência é também uma "virtude". Aristóteles quando falava do amor e da amizade, enfatizava que estas relações consistem no querer bem. Valorizando o outro pela empatia.

Cabe à escola formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, com menos desigualdade social, onde as pessoas possam viver com mais dignidade. Lógica, ética e estética se entrelaçam indissociáveis no contexto mais amplo das concepções singulares do pensamento Freireano, Bem como, da visão de Aristóteles, ao demonstrar que a felicidade do homem representa a plena realização das capacidades humanas.

A educação cidadã tem reflexo na vida das pessoas e da sociedade. Leva o conhecimento, os princípios que fundamentam as práticas sociais e o respeito às normas democráticas. Neste caso, se comprova a eficácia da Cidadania, pois a sua prática associada aos saberes desenvolveu e reafirmou os valores culturais e sociais resgatando a dignidade humana. Tornando consciente aos participantes que tudo o que a escola proporciona, em termos de educação formal e as suas vivências será de muita utilidade na vida, e na convivência, portanto deve ser problematizado. Desenvolvendo assim uma postura ética, pela reflexão e pela crítica. A qual se reflete no nosso comportamento.

Ética, política e cidadania são palavras indissociáveis desde Aristóteles, são práticas que se definem pela ação. Agindo eticamente é que adquire a prática da virtude. Educando com correção é que nos tornamos educadores. Daí a magia da ação educativa quando assumimos a confluência proposta por Aristóteles dessa imitação / representação do bom, do belo e do bem – tríade necessária para pensar a formação da virtude ao educar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre ética, valores e seus fundamentos na construção da escola cidadã só é possível através de uma educação de qualidade para todos, que respeite o indivíduo com suas diferenças e limitações, que o aluno se torne agente de sua própria aprendizagem.

Uma vez pautada na ética aristotélica, é viável que as gestões democráticas conseguem realizar essa façanha de revolucionar a educação, onde indivíduo só é feliz em sociedade, pois o homem é mais do que um ser social, é um animal político, ou seja, precisa estabelecer relações com outros homens.

Apreender a ideia aristotélica de ética requer, de qualquer maneira, algum deslocamento de nosso modo usual de perceber o tema. Para Aristóteles (1973), o objetivo da ética era a felicidade. A felicidade, para ele, era a vida boa; e esta corresponderia à vida digna. Nessa direção, haveria uma subordinação da ética à política; logo, é a ética que conduz à política. Segundo o filósofo, governar é permitir aos cidadãos viver a vida plena e feliz eticamente alcançada.

Se a educação, para Aristóteles (1973), é um caminho para a vida pública, cabe à educação a formação do caráter do aluno, e enquanto compromisso social carrega a tarefa política. Logo educar para a cidadania deve ser o objetivo político da escola, fazendo da cidadania uma questão interdisciplinar por excelência. Este é um caminho que leva à construção da escola cidadã.

A democracia permeia todos os princípios da educação democrática, a comunidade escolar como um todo, decide e compartilha todos os problemas e progressos da instituição, são os protagonistas e contribuem para a democratização de toda a sociedade.

A prática educativa, enquanto prática política cria vivências, relações e não só transmite conteúdos. A escola, portanto, tem o compromisso social de ir além da simples transmissão do conhecimento sistematizado, pois os gestores assumem o

papel de participantes e não de centro das atenções, orientam o processo de aprendizagem, organizam atividades juntamente com a comunidade escolar com o objetivo de desenvolver estruturas cognitivas num “aprender fazendo” e no “aprender a aprender”, ajudam a resolver problemas, estimulam a comunidade escolar e confiam em suas potencialidades. Consideram o aluno como agente de sua aprendizagem, proporcionando atividades de exploração e de pesquisa, num processo significativo.

A formação da cidadania diz respeito à formação de determinados valores, atitudes e compromissos indispensáveis à vivência em uma sociedade democrática, tais como solidariedade, cooperação, responsabilidade, respeito às diferenças culturais, étnicas e de sexo, repúdio a qualquer forma de discriminação e preconceito, entre outros. É função social da escola propiciar a formação destes valores.

Para considerar determinada formação social, precisamos levar em consideração o conjunto das relações e práticas sociais desenvolvidas em todas as instâncias de inserção dos seus membros nesta mesma sociedade. A democracia defende o direito de participação de todos em todas as decisões que favoreçam a qualidade de vida em sociedade. Para que haja essa verdadeira participação todos os indivíduos necessitam conhecer e viver desde sua infância os princípios democráticos desenvolvendo assim sua “autonomia democrática”.

A formação ética tem papel fundamental na escola, pois precisa tornar-se democrática para formar cidadãos verdadeiramente preparados para assumir seu papel em uma sociedade que alcance a democracia em toda a sua plenitude.

A escola é tempo e lugar de recolocar, reinterpretar, reconstruir, denunciar, defender, reavaliar, memorar e, principalmente, de resgatar o discurso do homem – ser – proponente de teorias ao funcionar praticamente e, por isso mesmo no direito de estabelecer o sentido, de forma consensual e argumentativa, do passado, do presente e do futuro de si; de avaliar e desmascarar discursos hegemônicos triunfantes que prejudicam a lucidez. A escola democrática é o lugar e o tempo de se intensificar a consciência da necessidade de reflexão sobre o que os “muitos” são, é ela a praça como processualidade da ética política.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Por uma educação romântica**. Portugal: Papyrus, 2002.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. 3.ed. Brasília: UNB, 1997.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Col. Os pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.
- ARISTÓTELES. **Tratado da política**. Trad: M. de Campos. Lisboa: Europa-América, s/d.
- BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha, uma metáfora da condição humana**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL, LDB. Lei 9394/96: **lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em 08/09/2009.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnica, 2000.
- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais e ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997, v. 8.
- CAMPS, Victoria. **Ética, retórica e política**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- CAMPS, Victoria. **Virtudes públicas**. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 1996.
- CASSOL, C.V. **Autonomia da escola pública no norte do Rio Grande do Sul: da crise de projeto nas escolas estaduais à intersubjetividade criadora**, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>> Acesso em 02/10/2009
- CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra. , 1996.

_____. **A Educação na Cidade.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Política e Educação.** 5 ed. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época; v.23), 2001.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e propostas.** São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã.** Coleção Questões da nossa época. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.** São Paulo: Cortez, 1998.

IATAROLA, Ana Cristina da Silva. **Capacidade contributiva.** Dissertação de mestrado. Gama Filho: RJ, 2005.

JAPIASÚ, H; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LUCK, Heloísa (Org.). **Gestão Escolar e Formação de Gestores. Em Aberto,** Brasília: v. 17, n. 72, 2000.

RUSS, Jacqueline. **A aventura do pensamento europeu: uma história das ideias ocidentais.** Lisboa: Terramar, 1997.